



Mudança de paradigma para um Património Cultural do Interior no pós COVID-19

Alice Tavares | Investigadora da Universidade de Aveiro, Presidente da APRUPP

Si vis pacem, para bellum, provérbio muito antigo que em tradução corrente significa se quer paz, prepare-se para a guerra e que independentemente das associações bélicas que lhe estejam associadas apresenta uma forma afirmativa de dizer que a estabilidade não se alcança sem preparação, resiliência, vontade e capacidade de atuar.



A pandemia COVID-19 (SARS-Cov2) estabeleceu um travão a todos os níveis da sociedade, um novo nível de guerra mundial, colocando à prova a preparação ou impreparação da mesma para demonstrar essa resiliência para estruturar o futuro do pós COVID-19, nomeadamente ao nível do importante setor do Património Cultural. Chegamos a um presente em que vivemos uma aceitação permanente de antagonismos, em que o Sim e o Não podem fazer parte da mesma Lei / posição / estratégia, com a dificuldade inerente de conciliar decisões e enfrentar lobbies.

No entanto, a preparação para uma estrutura resiliente da sociedade, mesmo em tempos de “guerra”, deve ser feita e existem desafios que exigem ações e exigem lideranças de responsabilidade pública. Qualquer desafio gera oportunidades, basta reconhecer as debilidades, os enquadramentos e a estrutura das comunidades onde se atua, para não se repetirem os mesmos erros, com outras roupagens.

EXISTEM LIÇÕES A APRENDER DE OUTROS

Em 2012, o Japão lançou um programa a que chamou “Desenho de comunidades”. Tratava-se de um programa de apoio à conservação do Património Cultural da rede de aldeias de Kyoto e de outras grandes cidades, reconhecendo que cidades altamente tecnológicas têm de ter a capacidade de salvaguardar igualmente as suas raízes culturais, mantendo-as vivas com as pessoas de origem. As debilidades da estratégia residiam em algo comum a muitos países e a Portugal: a assimetria de oportunidades/ qualidade de vida entre o litoral e o interior, a migração das camadas mais jovens das comunidades, mas em contraponto a genuinidade das raízes culturais expressas quer na arquitetura vernacular, quer na relação do construído com a paisagem, quer nas práticas genuinamente sustentáveis de uso dos recursos naturais ou de tradições de vida e sentido de pertença ao lugar.

Como ultrapassar as debilidades e tirar partido e valorizar esse Património cultural enquanto memória viva? A chave encontrada, nesse caso, foi a estruturação de redes de cooperação, com base num programa e num planeamento a longo prazo, com diferentes interlocutores e responsabilidades definidas, para cumprir uma função em momentos precisos. A gestão política e territorial assegurava uma análise das condições de vida dessas populações e formas de as melhorar, dando-lhes condições para se manterem nos lugares e abrindo ao turismo cultural as aldeias de forma criteriosa, ao longo do ano, em períodos definidos, com número de visitantes fixo, para impedir alterações radicais de funções e o turismo de massas. As aldeias fechariam nos períodos do ano em que se realizaria a manutenção das casas e espaços exteriores, num sistema apoiado de cooperação entre aldeias e em sistema rotativo, não impedindo as visitas, mas alterando os circuitos da rede turística conforme as necessidades. As universidades contribuíam com estudos sobre a





Os programas de apoio monofuncionais (com medidas que apenas apoiam a implantação do turismo) e sem cruzamento com o desenvolvimento e coesão social é algo a rever no nosso país e nomeadamente nos próximos apoios financeiros disponíveis. Os efeitos da intervenção exclusiva em edifícios podem ser rápidos, dar a aparência de se terem atingido metas turísticas, mas são pouco duradouros em termos de fixação de população, verificando-se a exploração desses edifícios por pessoas/investidores não residentes no local ou região.



conservação do sistema construtivo dos edifícios e soluções para a melhoria do conforto e uma rede de mecenas contribuía para a sustentabilidade financeira dessas operações de conservação dos edifícios e permanência dos residentes.

O convite a entidades culturais de outros países para avaliar a implementação desta rede, incluindo um período de permanência de representantes destas nos locais e apresentação de relatórios críticos sobre os aspetos a melhorar, fechavam o programa geral. A abertura à crítica é algo fora do normal, mas o mais significativo é sem dúvida a montagem de uma rede de apoio estruturada e planeada, numa atuação à escala do território, estabelecendo-se medidas que atingem os objetivos de preservação cultural com a manutenção da população local e sobretudo atuando em antecipação à erosão demográfica a que as regiões interiores estão mais sujeitas.

Aspetos a ter em conta em relação às redes de aldeias em Portugal, ou áreas urbanas em desertificação, cujo formato de atuação, com design muito apelativo de comunicação, formata as oportunidades para um perfil de população inexistente no local, apresentando por esse motivo dificuldades na manutenção

da população de origem e abrindo a porta ao risco de aldeias temáticas exclusivamente para o turismo, *selfies* e *recuerdos*. Os programas de apoio monofuncionais (com medidas que apenas apoiam a implantação do turismo) e sem cruzamento com o desenvolvimento e coesão social é algo a rever no nosso país e nomeadamente nos próximos apoios financeiros disponíveis. Os efeitos da intervenção exclusiva em edifícios podem ser rápidos, dar a aparência de se terem atingido metas turísticas, mas são pouco duradouros em termos de fixação de população, verificando-se a exploração desses edifícios por pessoas/investidores não residentes no local ou região. Ou seja, disponibiliza-se financiamento sob a capa de melhoria das condições de vida da população local, quando na realidade estas ficam completamente fora dos benefícios, quer de apoio financeiro para as funções que sabem desenvolver e estão preparadas, quer para medidas duradouras de fixação segundo as suas aspirações.

A pandemia COVID-19 veio demonstrar que existe um nicho de turismo rural ou de natureza crescente que valoriza o Património Cultural de regiões do Interior e nomeadamente destas aldeias. Estas precisam de ser mais apoiadas para se manterem vivas, numa

vertente de valorização de Paisagem humanizada como Património Cultural, com uma alteração urgente de paradigma, conjugando a intervenção em edifícios com a coesão e desenvolvimento social em rede, dirigido à estrutura social existente nesses locais e acima do interesse turístico. Esta vertente do Património Cultural tem grandes potencialidades como âncora de desenvolvimento do país no pós-pandemia(s) com um contributo importante para o equilíbrio entre turismo nacional e internacional em Portugal ■